

Do PT das lutas sociais ao PT do poder, de José de Souza Martins



MARTINS, José de Souza. *Do PT das lutas sociais ao PT do poder*. São Paulo: Contexto, 2016.

Angelita Matos Souza

✉ angelitams@uol.com.br

Do PT das lutas sociais ao PT do poder, de José de Souza Martins, constitui uma coletânea de textos e entrevistas, na maioria publicados em jornais paulistas desde 2002. Ou seja, são artigos de opinião dos quais não se pode cobrar a apresentação de dados/evidências concretas das ideias do autor, mas sendo ele quem é, no geral vale a pena a leitura dos textos, no mínimo estimulantes para reflexão, cronologicamente apresentados: 2003-2005; 2006; 2007; 2008-2009; 2009-2015.

Primeiramente é clara a simpatia pela pessoa e presidência de Fernando Henrique Cardoso, que representaria a tentativa de modernização da vida política brasileira, ao passo que as experiências de governo de seu sucessor, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estariam mais para reafirmação do arcaico, e o autor opera com a diferenciação Lula vs Luiz Inácio a fim de apontar contradições da trajetória do PT e seu líder: das lutas sociais ao poder. Todavia, a opção política de Martins não torna sua análise conservadora; há, sim, um posicionamento pelo que poderia ser considerado *moderno* e, portanto, progressista. Basicamente, é dessa óptica que o autor vai construir sua crítica às experiências de governo petistas.

O Partido dos Trabalhadores seria “um dos últimos partidos, se não o último, da velha polarização ideológica da Guerra Fria”. Inserido nesse mundo obsoleto, o

PT teria inventado uma direita — todos os que discordam do petismo — mirando se autoproclamar de esquerda sem sê-lo, pois, de fato, tratar-se-ia de uma aglutinação de forças sociais no passado definidas à direita pela esquerda, como “o caso dos grupos religiosos, dos grupos de classe média e das populações de pequenos agricultores hoje definidos como camponeses” (p.12).

O papel da Igreja Católica na construção do Partido e mesmo da figura algo messiânica de Lula é enfatizado ao ponto de deixar a impressão de ser o definitivo, e não a capacidade de luta e organização do proletariado do ABC. A Igreja teria se infiltrado no movimento operário e o capturado em meio à luta estratégica contra tendências comunistas, processo no qual se destacaria a figura do bispo Jorge Marcos de Oliveira, a quem o livro é dedicado. Por sua vez, organizações católicas — Comunidade Eclesiais de Base, Comissão Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário, entre outras — teriam proporcionado dimensão nacional ao PT. Na trajetória do local para o nacional, certas transposições conceituais foram necessárias: o Partido passou do operário ao trabalhador e, no poder pelo poder, do trabalhador ao pobre, “um verdadeiro adeus ao proletariado” (p.144). Afinal, o PT, sem poder afirmá-lo oficialmente, seria concretamente um partido católico.

Na criação do MST, braço petista no âmbito dos movimentos sociais, religião e política se encontrariam igualmente embaralhadas. O movimento católico Fé e Política, herdeiro da Teologia da Libertação, manteria vínculo orgânico com o MST e é lembrada ainda a atuação da igreja luterana na organização dos trabalhadores rurais. Para o autor, o Movimento mais perdeu do que ganhou com a ascensão *do seu partido* ao governo federal, perdendo em ativismo político e na implementação da reforma agrária.

O engajamento de instituições religiosas na luta contra as injustiças sociais teria sido sempre um poderoso instrumento de modernização da sociedade brasileira, mas traduziria igualmente o atraso inerente às lutas populares. Se bem compreendemos, a esquerda partidária da Igreja Católica, a Teologia da Libertação e seus herdeiros e o próprio petismo de matriz católica (majoritário) estariam mais próximos do humanismo da tradição conservadora — em defesa da família, da vida, da agricultura familiar e propriedade privada da terra para os pobres, da religiosidade e condenação moralista do dinheiro/capital — do que de projetos socialistas de organização da sociedade. Tradição conservadora típica da cultura do subúrbio, comunitária, fruto sobretudo do encontro de duas levas de deserdados, os imigrantes italianos e os migrantes nordestinos.

E, mais que a oposição entre esquerda e direita, bastante confusa na cena política, o embate decisivo na vida política brasileira seguiria sendo entre o arcaico

e o moderno. Nesse cenário, o “sebastianismo” de Lula e seu carisma seriam “a expressão mais densa do Brasil arcaico, místico, que trocou a esperança política pela esperança religiosa, ainda que com cara partidária” (p.103). Ademais, involuntária ou voluntariamente, Lula seria herdeiro do populismo getulista e o projeto petista para o país não passaria de “um resíduo insuficientemente elaborado do nacional-desenvolvimentismo” (p. 115), causando justa indignação no autor os elogios do candidato Lula à economia planejada da ditadura militar (p.53-61). E, de fato, no poder, o governo Lula não deixaria de orientar sua política econômica para a realização de grandes obras de infraestrutura impostas de cima para baixo.

Ao comentar as eleições de 2010, Martins reconhece que na última década e meia o país mudou, “a classe média cresceu, até com as políticas do PT, a escolarização se difundiu, a ansiedade messiânica teve forte redução” (p. 203). O que favoreceria uma mentalidade [moderna] mais representada pelo PSDB, não fossem as políticas como o Bolsa Família — “estatização do coronelismo conformista do voto de cabresto” (p. 221) — a reforçar a mentalidade messiânica, inclusive salvando Lula do escândalo do mensalão.

De nossa parte, admitimos certa antipatia pelas teses que relacionam personalização da vida política com um passado patrimonial/messiânico não superado, uma vez que por toda parte é possível identificar o fenômeno, estreitamente relacionado à democracia de massas (ou democracia de mercado), isto é, à modernidade. E talvez seja esse o caso: mais que expressão do arcaico messiânico, o lulismo pode expressar a modernidade política periférica. Seja como for, nos países de capitalismo avançado a democracia política se fez acompanhar de mais democracia social, assim não seria equivocado defender que quanto maior o empenho no combate às desigualdades sociais mais moderno pode ser considerado um governo e há estatísticas objetivas que favorecem os governos Lula, em comparação aos de FHC.

Por certo que o autor não se equivoca ao resgatar o arcaico ligado à tradição humanista conservadora, o problema maior parece-nos a ênfase nessa dimensão, especialmente quando outra é bem menos explorada: a do aparelho de Estado e da reforma política. Na sua trajetória ascendente, se o PT disse adeus ao proletariado foi para abraçar a causa do corporativismo de uma classe média alocada no Estado, cujos privilégios distanciam enormemente as condições de trabalho do funcionalismo público daquela da maioria dos trabalhadores, que são os que fundamentalmente pagam a conta da crise econômica atual.

O PT à frente do governo federal só fez incrementar a *máquina de parasitas* do Estado (e sequer pensamos nos funcionários políticos), o que teria sido excelente se

em direção à construção de um *welfare state* amplo, acompanhado de mecanismos de controle de qualidade/eficiência. Claro que mudanças nessa direção dependeriam de uma reforma tributária, taxando grandes fortunas, não apenas por razões financeiras e de equidade, mas também a fim de angariar força política. No pacote não deveria faltar a necessária reforma do sistema político-partidário brasileiro.

Essas questões são muito pouco desenvolvidas por Martins ou nem aparecem em suas reflexões, a despeito de apontar exaustivamente para o oligarquismo, fisiologismo, clientelismo e populismo que marcariam a Era Lula.

* * *

Sobre a autora da resenha

Angelita Matos Souza: graduada em Ciências Sociais, mestra em Ciência Política e doutora em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professora do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Realiza pesquisas envolvendo os temas de história política e econômica do Brasil, Estado e desenvolvimentismo, imperialismo, dependência e desenvolvimento e geopolítica.

 **BCG**: <http://agbcampinas.com.br/bcg>